

A DOCÊNCIA COMO QUESTÃO FILOSÓFICA: ENTRE O ESQUECIMENTO DE SI E A PARRESIA

[TEACHING AS A PHILOSOPHICAL MATTER: BETWEEN THE
FORGETFULNESS OF THE SELF AND THE PARRESIA]

Flávio Carvalho

flavio.carvalho@ufcg.edu.br

Curso de graduação, mestrado e doutorado na Universidade Federal de Pernambuco. Trabalha na Universidade Federal de Campina Grande, onde ministra aulas, realiza orientações de Iniciação Científica, de Monografias e Dissertações, respectivamente, no curso de Graduação em Filosofia e no Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), no qual é professor permanente e, atualmente, trabalha como coordenador. Ele atua na liderança do Grupo de Pesquisa Hermenêutica Filosófica em Michel Foucault (UFCG/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Educação e Ensino de Filosofia (UFCG/CNPq). Ele é membro do Núcleo Estruturante do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar da ANPOF. Suas investigações e publicações se dedicam à Filosofia Contemporânea Francesa (Castoriadis, Foucault e Deleuze) e ao Ensino de Filosofia (Filosofia do Ensino de Filosofia e Formação de Professores).

DOI: <https://doi.org/10.25244/uf.v12i1.23>

Recebido em: 23 de julho de 2019. Aprovado em: 24/07/2019

Caicó, ano 12, n. 1, 2019, p. 27-43, ISSN 1984 - 5561
Dossiê Introdução à Filosofia e Filosofia do Ensino de Filosofia



A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

Resumo: O primeiro objetivo deste artigo diz respeito ao tratamento da docência a partir de um ponto de vista filosófico. O segundo objetivo pretende construir um arcabouço teórico para a *Pedagogia do Esquecimento*, cuja discussão faz parte de um projeto de investigação específico e mais amplo realizado pelo autor do artigo. Por fim, o texto visa desenvolver o questionamento de certo recorte da situação educacional e política vivida pelas brasileiras e pelos brasileiros nos últimos anos. Sendo assim, a partir das questões levantadas pelo autor e do diálogo oportunizado com o pensamento filosófico de Michel Foucault, resgatando a vivência política e de educador de Sócrates, também propondo o que aqui será chamado de *Didática Psicagógica* como modo de resistência política, este artigo pretende oportunizar que as leitoras e os leitores possam se reconhecer e se imiscuir na discussão, tornando o texto algo de si próprio, usando-o como ferramenta para pensar a si, suas ideias e práticas enquanto intelectual, profissional e cidadã(ão). Cuidar de si é já um ato de resistência.

Palavras-chave: Ensino de filosofia. Pedagogia do esquecimento. Processos de subjetivação. Cuidado de si. Parresia.

Abstract: The first aim of this paper concerns the treatment of teaching from a philosophical point of view. The second one intends to build a theoretical framework for the Pedagogy of Forgetfulness, whose discussion composes a specific research carried out by the same author. Finally, paper aims to develop issues about some clipping of the educational and political situation which Brazilians live in recent years. Therefore, this paper aims to provide opportunities to the readers can recognize themselves in the discussion from the matters specified by the author and through the dialogue with the philosophical thought of Michel Foucault, by rescuing Socrates' political and educational experiences, by proposing the Psychagogical Didactics as a mode of political resistance also. We ask readers to take this discussion as their own, by using it as a tool to think about themselves, their ideas and practices in their intellectual, professional and citizenship experiences. Care of the self is already an act of resistance.

Keywords: Teaching of philosophy. Pedagogy of forgetfulness. Process of subjectivation. Case of the self.

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia CARVALHO, Flávio

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O texto que se segue¹ teve sua concepção nas encruzilhadas de caminhos que construímos no desenvolvimento de investigações acerca do Ensino de Filosofia, de modo específico, sobre a *formação de docentes para o ensino do componente curricular Filosofia*, e de investigações acerca do período ético do pensamento do filósofo Michel Foucault, de modo específico sobre o *conceito de parresia* a partir dos três últimos cursos que ele ministrou no *Collège de France*, entre os anos de 1982 a 1984. Notadamente, neste artigo a ênfase de nossa discussão recairá no último deles intitulado “A Coragem da Verdade”.

A aparição do presente texto teve ocasião em abril de 2019 durante a VIII Semana de Filosofia e da VI Jornada de Ensino de Filosofia de Caicó – VI JENFIC, eventos idealizados e realizados sob a coordenação das(os) docentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, no campus da cidade de Caicó, para as(os) quais dirijo meus cumprimentos por este trabalho intelectual, filosófico, educacional e político, que vimos se concretizar nas várias atividades agendadas para o período de realização dos eventos. Convém, à guisa de menção e agradecimento, citar as atuações dos Prof. Dr. José Teixeira Neto, coordenador do núcleo UERN do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO) e do Prof. Dr. Galileu Galilei Souza, coordenador do Curso de Graduação em Filosofia; ainda mencionamos e agradecemos à Prof^a. Dr^a. Maria Reilta Dantas Cirino e ao Prof. Dr. Marcos de Camargo Von Zuben, igualmente investigadores do Ensino de Filosofia e docentes permanentes do PPG PROF-FILO núcleo UERN. Em vista de não me demorar nesta seção do texto, reitero igualmente meu cumprimento às(aos) docentes e discentes da UERN, cuja motivação e dedicação levaram à êxito os supracitados eventos.

Merece destaque o fato que a realização destes eventos representa tanto uma ousadia quanto uma declaração de amor. Ousadia – quase insurgência política – posto que se há alguns setores governamentais brasileiros, alguns discursos institucionais, alguns indivíduos e grupos que estão trabalhando em vista de silenciar e *ensinar a esquecer* da potência criativa da Escola, da Universidade e da Educação Filosófica, há igualmente diversas comunidades de intelectuais como esta sediada na UERN, composta por estas mulheres e estes homens sertanejas(os), que convocam a comunidade acadêmica e escolar para um antigo e sempre renovado exercício intelectual e político, nos convidam, ou melhor, nos *convocam a filosofar*. Trata-se igualmente de exercício de ousadia uma vez que os subsídios e apoios financeiros, que por dever constitucional deveriam vir do Estado para a educação em todos os seus níveis, estão cada vez mais minguados. E nós, através da mídia e dos depoimentos pessoais, temos acompanhado como o estado do Rio Grande do Norte, entre as unidades federativas do Brasil, tem enfrentado dificuldades diversas. Acrescentamos ainda que a promoção destes eventos acadêmicos é exercício de amor, posto que, não obstante o fato de que não há “ganho financeiro” ou “de fama” em promover um evento com todo o trabalho que ele comporta, não obstante o esforço dispensado para tal empreitada e o consequente cansaço acumulado por estas e estes colegas desta Instituição de Ensino Superior pública e de qualidade, vimos dia a dia as atividades se iniciarem e terminarem com o brilho nos olhos de quem ama o que faz, que ama ensinar tanto quanto ama filosofar, que pretende, a meu ver, com sua doação corporal

¹ Este texto, em versão ampliada, foi inicialmente apresentado na VIII Semana de Filosofia e VI Jornada de Ensino de Filosofia de Caicó – Escola, Docência e Políticas Públicas: o saber, a militância, o fazer escolar, em abril de 2019 na UERN, Campus Caicó.

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

e intelectual, financeira inclusive, posto que eventualmente se paga para que algumas ações estruturantes dos eventos aconteçam, não obstante tudo isso elas e eles resistem filosófica e politicamente enquanto houver presente, oferecendo à comunidade acadêmica, por meio dos eventos, diversas experiências filosóficas, educacionais políticas muito preciosas.

O texto que apresentamos a partir de agora contém motivações análogas às expostas acima, na medida em que pretende ser um texto de reflexão filosófica e política, na medida em que pretende dialogar, prioritariamente com docentes em formação e com formadoras(es) de futuras(os) professoras(es), porém, também conversar com investigadoras(es), estudantes, cidadãs e cidadãos de todos os setores da sociedade, na medida em que se ocupa com o cuidado, com o exercício de cuidar de si, tendo em vista a construção de uma postura autônoma tanto individual quanto coletivamente. Cumpre-nos esclarecer ainda que o texto se desenvolve em dois movimentos principais: no primeiro trataremos de discutir o *Esquecimento*, problematizando a *função* a ele atribuída tradicionalmente e considerando a possibilidade de abordá-lo como *faculdade da construção de conhecimento e de saberes*. Nesta discussão questionaremos a *função de controle político* que o exercício de esquecer pode assumir e manifestar por meio de saberes e discursos instituídos. No primeiro movimento introduziremos questões em torno à construção de um arcabouço conceitual para o Esquecimento, e no segundo movimento dedicaremos à *elaboração de uma encruzilhada*, uma conexão rizomática, entre os caminhos da Filosofia, da Educação e da Política, ocupando-nos com o pensamento de Michel Foucault. O nosso texto não tem a pretensão de oferecer um “antídoto” ao exercício biopolítico do poder que constrói o Esquecimento, tampouco intenciona ofertar uma conceitualização sobre o Esquecimento, uma vez que este texto se constitui como um exercício filosófico introdutório, ele representa apenas um movimento de um projeto de investigação mais amplo e que aqui está desenvolvendo seus primeiros momentos. Por fim, cumpre-nos informar que o texto que ora apresentamos é escrito sob a forma de um ensaio filosófico, por meio do qual o autor se ocupa com problemas oriundos de sua própria prática como filósofo, educador e cidadão, e desse modo se dedica a pensar filosoficamente a rede de saberes e poderes existentes nas experiências profissionais, sociais e políticas vivenciadas pelo autor. O resultado, este texto, manifesta em certa medida, portanto, uma escrita de si.

CENAS DA VIDA, EXERCÍCIOS DE ESQUECER.

CENA 1: Filme “A Papisa Joana” (lançado em 2009, produção alemã, cujo diretor é Sönke Wortmann e cuja atriz principal é Johana Wokalek). Nos derradeiros minutos do filme, alguém manuseia o *Liber Pontificalis*, livro no qual se registravam a vida e as obras de todos os papas, ele é descosido, algumas páginas são subtraídas, e em seguida é recosido. As páginas retiradas narram a vida e as obras de um papa que reinou entre 872 e 882, se trataria de João VIII, *Iohannes Anglicus*, nome encontrado em alguns documentos históricos considerados marginais pela historiografia oficial (e hegemônica), ou afirmado de outro modo, se trataria da narrativa da vida e obras da Papisa Joana. Apesar do caráter ficcional que recai sobre este filme, apesar do fato que a primeira menção a esta papisa somente é feita no século XIII, não obstante ainda a situação que alguns historiadores têm se ocupado com a investigação da existência possível desta figura feminina no comando máximo da Igreja Católica Ocidental, o fato que queremos colocar em ênfase é a imagem das mãos que manipulam o documento, que subtraem informações e utilizando a *metodologia*

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

do esquecimento, assim estas mãos instituem uma nova história que será ensinada. O itinerário, então, se constitui pelas ações de subtrair, esquecer, instituir, ensinar.

CENA 2: Um professor de Filosofia em uma universidade pública federal na cidade de Campina Grande, nato pernambucano, mas de afeto paraibano, ministra sua aula no componente curricular Laboratório de Ensino de Filosofia. Pede a um estudante que leia um trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais, texto de 1999, e orienta a todas(os) presentes na aula que façam o exercício de se buscarem, enquanto estudantes e futuras(os) professoras(es) de Filosofia, no texto que será lido. O fragmento do texto trata das Ciências Humanas e sua relação com a inspiração positivista a partir do século XIX. O texto², em linhas gerais, informa a postura e a atividade assumidas, mediante a influência do Positivismo, por cada componente curricular ou pelos outros conhecimentos, conforme a nomenclatura utilizada no referido documento. O texto trata da História, da Sociologia, da Ciência Política, do Direito, da Economia, da Psicologia, da Antropologia e da Geografia. Terminada a leitura, nenhum dos presentes percebe que não foi mencionada a área epistêmica e disciplinar a qual elas(es) se dedicam. Não obstante o fato de que o documento mantém um espaço dedicado às competências e habilidades da Filosofia. Como observado, as diversas áreas epistêmicas e disciplinares (ou não) das Ciências Humanas com suas implicações na vida individual e/ou coletiva são mencionadas, o que não ocorre no que diz respeito à Filosofia.

Notificamos, entretanto, que há duas menções que podem gerar certa inquietação: a primeira que registra o caráter perigoso da Filosofia durante o histórico Regime Ditatorial vivido no Brasil (que, nos dias atuais, também tem sido objeto de metodologias do esquecimento), perigo que implicou em seu exílio dos currículos escolares. O texto não indica qual o tipo de periculosidade que a Filosofia comporta, afirmando apenas de modo genérico: “O estudo da Filosofia, fundamental na formação dos jovens, mas incômodo pelas questões que suscita, foi relegado ao exílio” (BRASIL, 1999, p. 7); a segunda menção afirma: “Em um mundo globalizado, em que culturas e processos políticos e econômicos parecem fugir ao controle e ao alcance, a construção de identidades solidamente alicerçadas em conhecimentos originados nas Ciências Humanas e na Filosofia constitui condição imprescindível ao prosseguimento da vida social. (BRASIL, 1999, p. 13³).

² “Assim, incorporando as determinações que as fizeram se desenvolver como ciências autônomas, a História cumpriu a tarefa de construir uma identidade e uma memória coletivas, a fim de glorificar e legitimar os feitos dos Estados nacionais; a Sociologia traçou estratégias para ordenar e reordenar as novas relações sociais; a Ciência Política ocupou-se do poder, de como constituir-lo e regrá-lo; o Direito encarregou-se de construir um aparato legal e processos jurídicos para a conservação ou renovação da ordem social; a Economia voltou-se para a otimização e o controle da produção e das trocas de bens; a Psicologia procurou compreender e amenizar o impacto das transformações sobre os comportamentos humanos; a Antropologia, em sua vertente etnográfica, lançou-se à descrição dos povos ‘exóticos’, que a expansão econômica e política das grandes potências capitalistas necessitava submeter; e a Geografia serviu para mapear as potencialidades dos territórios nacionais ou daqueles a serem conquistados, além de exaltar as riquezas de cada ‘solo pátrio’”. (BRASIL, 1999, p. 6).

³ Menção análoga se encontra na p. 12 do mesmo documento: “Por sua natureza própria, as Ciências Humanas e a Filosofia constituem um campo privilegiado para a discussão dessas questões. Mas, não se deve perder de vista que a cidadania não deve ser encarada, no Ensino Médio, apenas como um conceito abstrato, mas como uma vivência que perpassa todos os aspectos da vida em sociedade. Daí, que a preparação para o exercício da cidadania não se esgota no aprendizado de conhecimentos de História, Sociologia, Política ou Filosofia. Antes, está presente nos usos sociais das diferentes linguagens e na compreensão e apropriação dos significados e resultados dos conhecimentos de natureza científica.”.

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

Diante do exposto, as questões que colocamos arguem acerca da justificativa epistêmica de manter cindidas Ciências Humanas e Filosofia; tratar-se-ia de instituir um discurso utilitário no qual a Filosofia figuraria como absorta das situações sociais e políticas? Outra questão: não figurar na lista de saberes, não ter sua identidade e aplicação mencionadas, pode oportunizar o esquecimento do lugar e da função da Filosofia na vida efetiva das pessoas? Lapso do autor, problema editorial, ato falho ou apenas uma mera (talvez até naturalizada) ausência que contribui com o esquecimento do estatuto e do papel da Filosofia. Note-se que se repete o itinerário subtrair, esquecer, instituir, ensinar.

CENA 3: No Diário Oficial da União no dia 11 de abril de 2019 publica-se o Decreto 9759 em cuja ementa se lê: Extingue e estabelece diretrizes regras e limitações para colegiados da administração pública federal. O texto é longo, merece bastante atenção em sua análise, entretanto, devido ao aspecto de delimitação das páginas do presente artigo, colocaremos em destaque apenas o disposto no artigo 2º (BRASIL, 2019):

Art. 2º Para os fins do disposto neste Decreto, inclui-se no conceito de colegiado: I - conselhos; II - comitês; III - comissões; IV - grupos; V - juntas; VI - equipes; VII - mesas; VIII - fóruns; IX - salas; e X - qualquer outra denominação dada ao colegiado.

Parágrafo único. Não se incluem no conceito de colegiado de que trata o caput: I - as diretorias colegiadas de autarquias e fundações; II - as comissões de sindicância e de processo disciplinar; e III - as comissões de licitação.

Não entraremos em qualquer análise além daquela que se dirige e se aplica para o ponto de vista da reflexão que estamos desenvolvendo neste artigo. Assim sendo, questionamos: qual o dano efetivo que a participação de membros da sociedade civil – os quais compunham diversos destes colegiados – pode causar à administração pública federal? Qual o problema que a discussão ampla e a oitiva a diferentes posicionamentos políticos, ideológicos e visões de mundo pode causar à administração pública federal? A democracia, ainda que representativa, não se assenta na abertura e, sobretudo, no acesso de diferentes discursos para discutirem, deliberarem e encaminharem procedimentos em vista do bem da coletividade? Corremos o risco de esquecer que a democracia supõe a isegoria, a qual *mutatis mutandis* diz respeito ao direito de manifestação de todas e de todos na discussão democrática, ainda que seja pela via representativa. Por fim, questionamos em que medida o itinerário subtrair, esquecer, instituir, ensinar se repete no exercício de elaboração deste documento?

Estas três cenas nos convidam a pensar, de modo filosófico, sobre as nossas vidas individuais e coletivas, porém, de modo mais específico nos provocam a pensar como docentes, que somos e que estamos nos formando continuamente. Por ora, temos um itinerário (subtrair, esquecer, instituir, ensinar) repetitivo para pensar. Além disso, a partir deste momento do nosso texto, introduzimos mais uma questão: pode o esquecimento ser uma faculdade do ser humano? Convém explicar que no presente texto não temos interesse de fazer qualquer espécie de excursão pela História da Filosofia em vista de identificar discussões filosóficas sobre a memória, tampouco sobre o que aqui chamamos de *Faculdade do Esquecimento* – isto que não será encontrado.

Pretendemos nós mesmos colocar o problema filosófico do Esquecimento! O fato é que o discurso aqui construído comporta maior teor de colocação de problemas do que

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

de divulgação de assertivas. Filosofar é um exercício cujo eã está na formulação de problemas e na construção de conceitos, atividades estas que de modo introdutório o fazemos neste texto. Neste sentido, quando perguntamos sobre a possibilidade do esquecimento ser uma faculdade do ser humano, queremos provocar a nossa comunidade de investigação filosófica a pensar sobre *o estatuto epistemológico e político do Esquecimento, qual o seu lugar e função na construção dos conhecimentos, na constituição dos sujeitos, na elaboração dos discursos e na articulação das ações políticas.*

Convidamos a(o) leitora(or) para que, inicialmente, pense conosco sobre a memória, que tradicionalmente é reconhecida como uma Faculdade do Conhecimento, como uma das potências que exercitamos como indivíduos pensantes.

Por meio da memória elaboramos *nossos saberes*, acumulamos, selecionamos, relacionamos, dispomos todas as informações que conseguimos manter relação. Por meio da memória identificamos, distinguimos e selecionamos os seres, as situações e as ações. Pensemos, agora, que a construção de conhecimento depende da capacidade de memorizar, de reter informações e que a construção de conhecimento depende igualmente da capacidade de esquecer, de não reter informações. Graças ao esquecimento podemos desfazer e refazer conexões argumentativas, podemos desprezar elementos que não contribuem para a construção do saber ou que atrapalhariam a consecução da conclusão desejada. Penso, então, que o Esquecimento não é uma falha da capacidade de memorizar, o que eventualmente, também pode acontecer, quando o “esquecer-se de” ocorre em condições patológicas específicas. Mas, o Esquecimento de que tratamos aqui se manifesta em diversas *práticas elaboradas intencionalmente* para remover certas informações na construção dos conhecimentos.

Por meio da memória, construímos a *nossa história* como sujeitos social-históricos. Por meio do esquecimento, construímos a nossa história como sujeitos social-históricos. O que parece ser uma mera repetição, na verdade provoca-nos a pensar, como o esquecimento nos constitui como sujeito social-histórico? Uma primeira ponderação está no fato de que a pergunta coloca esta construção como sendo uma *atividade nossa, coletiva*. O que eventualmente leva ao esquecimento de que a construção da minha história depende radicalmente de mim. Uma segunda ponderação está no fato de que esta construção pode ser realizada por meio de *reiteradas práticas* de Esquecimento de circunstâncias, de condições, de ideias singulares, as quais podem não se adequar ao padrão dos sujeitos desejados para aquela sociedade na qual nasci, cresci e morrerei, se é que já não morri enquanto sujeito singular.

Por meio da memória *nossos discursos* são elaborados, ganham consistência, razoabilidade e aceitabilidade. Quando listamos as premissas constituintes de uma argumentação, ostensivamente indicamos aquelas que reiteram nosso objetivo, isto é, informam e, eventualmente, modificam ou convencem o discurso do interlocutor, seja ele um indivíduo, seja um saber ou ainda uma instituição. Porém, o que fazer quando existem *premissas outras* (oriundas de *indivíduos outros, saberes outros* ou *instituições outras*), premissas muitas vezes construídas na marginalidade da epistemologia, da educação e da política hegemônicas, premissas que comportam a potência de abalar ou destruir a argumentação hegemônica vigente? *Acionar práticas* de Esquecimento destas premissas pode ser uma atividade viável em curto e em longo prazos, posto que algumas premissas precisam passar por procedimentos de esquecimento durante apenas alguns dias, outras precisam de décadas, talvez séculos, de procedimentos dismemônicos.

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

Por meio do esquecimento podemos elaborar e acionar *nossas práticas políticas* de controle seja no âmbito da educação seja no da política. A história pregressa e recente de diversas sociedades nos fornece muitas ocorrências de como o uso da capacidade de esquecer assegurou a manutenção de líderes, Estados e orientações políticas. A análise da construção dos mitos políticos (personagens ou ideias), se os submetemos a uma visão crítica acurada, pode revelar diversas práticas de Esquecimento que sustentam vários destes nomes e ideias até os nossos dias atuais *do mito*. A instituição de práticas e de tabus sociais, se igualmente os submetemos à análise crítica, podem nos mostrar quantos anos e décadas de *exercícios de Esquecimento* foram necessárias para que tal prática ou tabu construísse o seu *status*. Perguntamos agora à(o) leitora(or): qual procedimento de Esquecimento está em funcionamento neste momento, na escrita deste texto, na tua formação como sujeito histórico-social, na tua atuação como intelectual – filósofa(o) ou qualquer outra formação – e como profissional – da docência ou de outra qualquer atuação? O que as instituições, discursos e indivíduos que constituem a vida política no Brasil oferecem diariamente de práticas de Esquecimento? Do que tu te esqueces neste momento? Por que te esqueces disto e não daquilo? Pensa agora na tua própria experiência de Esquecimento!

A(o) leitora(or) atenta(o) deve ter observado que esta última seção do artigo não foi iniciada pelo trato com a Memória, provavelmente, asseverou: – o autor desta vez não iniciou este parágrafo, como o fez nos anteriores, tratando da memória. Porém, provavelmente, houve leitora(or) que nada percebeu... Pois bem, aqui está um exemplo de *intenção de Esquecimento*, premeditado, estrategicamente colocado pelo autor, exatamente no parágrafo que trata da relação entre vida política e Esquecimento. Fizemos deste modo em vista de, primeiramente, mostrar como a adoção de práticas de Esquecimento pode acontecer de modo sutil, bastando uma simples inversão na ordem dos argumentos (e no caso em tela a subtração do elemento Memória) e, em segundo lugar, mostrar como as práticas de Esquecimento podem ser operadas mesmo quando estamos buscando tratar filosoficamente de uma questão, durante um debate, durante uma exposição oral, situações em que pode se supor não haver lugar para o Esquecimento, entendido como *uma prática de construção e instituição* de discurso, de processos de subjetivação ou de ação política.

Como a(o) leitora(or) pôde constatar, nós não sabemos e não pretendemos afirmar *o que é* o Esquecimento. Quando grafamos o vocábulo com inicial maiúscula não temos a intenção de torná-lo algo substancializado, na medida em que ele funciona segundo modos e movimentos diversos e diferentes; com o uso gráfico da letra inicial maiúscula apenas queremos enfatizar sua diferença em relação ao *esquecimento como patologia de ordem fisiológica*. Se quisermos falar em patologia para o Esquecimento que tratamos aqui, esta será uma patologia de ordem política. Não ofereceremos um a definição, nossa metodologia investigativa se ocupa com a *observação e análise crítica de práticas sociais*, nas quais reconhecemos a intencionalidade de utilizar o Esquecimento em vista de alcançar determinado fim, nas quais identificamos estratégias discursivas e não-discursivas que colimam práticas de subtrair, de esquecer, de instituir, de ensinar seja ideias seja posturas, seja ainda ações. Neste sentido, reconhecemos uma espécie de *Pedagogia do Esquecimento*, que cria estratégias e procedimentos de utilização da nossa potência de Esquecimento em vista de construir conhecimentos, constituir ou formar sujeitos, elaborar discursos e articular ações políticas.

No seguimento, propomos, então, analisarmos de modo sumário algumas situações vivenciadas no âmbito da educação, provocando a(o) leitora(or) ao exercício de pensar quais práticas de Esquecimento tais situações manifestam e o que se pretende instituir, e também pensar como temos vivido a relação entre educação e política em nosso país,

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

pensar a origem (a heterogeneidade) de tais ideias, discursos e práticas, questões com as quais nós, filósofas e filósofos e docentes de Filosofia, mas também todas(os) as(os) intelectuais e profissionais, precisamos nos ocupar em vista de pensar estas práticas de Esquecimento, quais seus impactos em curto e em longo prazos em nossas histórias individuais e coletivas e, principalmente, pensarmos rotas de fuga, itinerários de resistência política possíveis.

Cada dia e cada vez de modo ostensivo, a educação é tomada como meio para a ampliação e aperfeiçoamento de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Desde os relatórios do Banco Mundial até os discursos de governantes em todas as esferas da administração pública vemos a defesa interessada quanto ao técnico e tecnológico. O problema, entretanto, não está na defesa e implantação destas modalidades de ensino, a situação mais grave está na limitação e mesmo eliminação da educação humanista e social que se pretende acoplar aos ditos projetos de reforma da educação brasileira. O modelo de educação implantado pelas últimas reformas⁴ institui o favorecimento da formação de pessoal para o mundo do trabalho, colocando em segundo plano (em último plano, ou em plano algum) os estudos “menos úteis” para esta demanda do capitalismo financeiro. A revogação da Lei 11684/2008, a subtração da obrigatoriedade dos componentes curriculares Filosofia e Sociologia do currículo do Ensino Médio reiteram o que estamos expondo e exemplificam parte do movimento que chamamos de *Pedagogia do Esquecimento*, pois ao limitar o campo de estudos dos jovens àquilo que será “útil” para sua atuação como profissional, leia-se rentável para o mercado mediante a venda de sua força de trabalho. Nestas condições sua atenção cognitiva é desfocada e seu investimento intelectual é deslocado da sua própria formação enquanto cidadão atuante e trabalhador politizado.

Como corolário da influência das tendências neoliberais, que reificam pessoas e relações sociais, que fomentam a individualização egoísta, observamos a construção de ideias e discursos que apregoam a desideologização da educação. Trata-se, notadamente, de um amontoado de falas inseguras e infundadas que sequer compreende a noção de ideologia, que sequer conhece a história da educação e suas vinculações com a vida social e política das sociedades. Todavia, o mais grave não está na inépcia conceitual (talvez intencional) com que se usa o termo ideologia (sendo o conceito de ideologia plural por constituição), também não está na afirmação de que a escola não é lugar para práticas políticas e ideológicas (sendo a escola o primeiro ambiente público em que vivenciamos nossa vida política e contato com as diversas e diferentes ideologias, teorias e práticas sociais), ainda também não está na incitação à vigilância, censura e perseguição a professoras e professores em seu ambiente de trabalho, não está, por fim, também na proposta de substituição do Patrono da Educação Brasileira, o Professor Paulo Freire. Tudo isto é grave, mas não se equipara ao prejuízo que tais práticas de Esquecimento causam na vivência das(os) jovens estudantes, no esvaziamento da vivência política no ambiente escolar. Tantas subtrações colimam uma proposta de educação apolítica, cujas consequências se manifestam na elaboração de currículos, de documentos, de discursos, cujo corolário será meramente a formação de profissionais para o mercado de trabalho e de cidadãos sujeitados. O que os discursos e as propostas supracitados querem fazer omitir (fazer esquecer) é que são discursos e propostas igualmente ideológicos. Pensar envolve ideologia.

Uma vez mais, como corolário das orientações neoliberais, que reificam pessoas e relações sociais, observamos a proliferação de discursos e práticas que atingem professoras

⁴ Referência à lei n. 13415/2017 (Lei de Reforma do Ensino Médio) e à Base Nacional Comum Curricular.

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

e professores em todos os níveis da educação brasileira. Trata-se de discursos e práticas que limitam a atividade docente ao cumprimento de currículos genéricos e descontextualizados, à obediência de normas trabalhistas orientadas pelo capitalismo financeiro e ao alcance de metas e estatísticas governamentais. Reiteramos que não reconhecemos nestas situações o dano mais grave na vida pessoal e profissional destas(es) trabalhadoras(es), a nosso ver, o dano mais grave está na depreciação, na desqualificação, na sujeição e na miserabilidade que tais situações infligem à vida profissional destas(es) cidadãs(ãos). A questão que precisamos pensar aqui diz respeito ao elemento que é promovido ao Esquecimento quando se admitem as situações supracitadas. Esta situação e sua respectiva análise nos remetem ao filósofo Nietzsche, que escreve uma série de conferências e as profere de janeiro a março de 1872 no *Akademisches Kunstmuseum* da Basileia. Sem entrar em detalhamentos conceituais destas conferências, nos remetemos diretamente ao momento em que ele trata dos professores que trabalham pelo pão⁵, e se submetem a depreciação dos seus saberes e de sua dignidade profissional. *Mutatis mutandis*, reconhecemos esta depreciação vigorando nos dias atuais, em que a baixa remuneração salarial e a transformação da educação em mercadoria obrigam professoras e professores a assumirem jornadas de trabalho excessivamente extensas, tornando sua atuação mecanicamente limitada aos conteúdos técnicos e úteis, e o mais nocivo, a nosso ver, fazendo-o esquecer de seu lugar e de sua função social e política na formação das(os) jovens cidadãos e cidadãs. Desta maneira, aquelas(es) que são objetos de práticas de Esquecimento terminam por atuarem também como sujeitos que ensinam, reproduzem, tais práticas nas suas outras relações.

As situações sociais e políticas que manifestam exercícios de Esquecimento podem se multiplicar de modo indeterminado. Aqui nos ocupamos em mencionar um número ínfimo vivenciado no âmbito da educação, porém, uma análise crítica pode ser realizada nos âmbitos das políticas pública de saúde e de segurança, nos processos de elaborações de leis e decretos pelos poderes Legislativo e Executivo, dos debates em torno às questões dos Direitos Humanos e da preservação ambiental, etc. Não faltam setores, personagens e discursos passíveis de questionamento quanto ao seu funcionamento enquanto mecanismos e dispositivos da *Pedagogia do Esquecimento*. Por ora, o nosso objetivo foi demonstrar alguns destes mecanismos, provocando a(o) leitora(or) a continuar este exercício filosófico em situações próprias de sua existência, em seus contextos de formação intelectual, profissional e como sujeito social-histórico.

PEDAGOGIA DO ESQUECIMENTO E A PARRESIA SOCRÁTICA.

Neste momento, colocamos a seguinte questão: o que podemos fazer para lidar com a *Pedagogia do Esquecimento* enquanto docentes de Filosofia – ou como cidadãs(ãos) e trabalhadoras(es) – seja nas práticas educativo-formativas da Licenciatura seja no chão-da-escola na Educação Básica? A resposta eu não a posso oferecer, porém, a partir de um diálogo com o pensamento filosófico de Foucault podemos repensar as práticas de Esquecimento e assim elaborarmos possíveis rotas de fugas, de práticas de resistência política.

Em vista deste movimento de diálogo, convido a(o) leitora(or) a me acompanhar no texto de uma aula que Foucault ministrou em 15 de fevereiro de 1984, no *Collège de*

⁵ Veja-se Nietzsche (2012, p. 112 – 113), entre outras afirmações apresentadas no texto em tela.

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

France, cuja ementa diz respeito à *parresia socrática* e ao *exercício do cuidado de si*. A aula se inicia com uma discussão sobre a condenação de Sócrates, seus últimos momentos com os seus queridos amigos e o seu testamento. Durante a aula Foucault trabalha com três textos de Platão, *A Apologia de Sócrates*, o *Fédon* e o *Crítion*. Afirma, inicialmente, Foucault: “Sócrates é aquele que tem a coragem de dizer a verdade que aceita se arriscar à morte para dizer a verdade, mas praticando a prova das almas no jogo da interrogação irônica.” (FOUCAULT, 2014, p. 63). Sócrates, como sabemos, recebe condenação à morte devido a sua atividade política singular, como indivíduo na sociedade grega. Ele nunca quis participar do jogo político ateniense e Platão nos dá testemunho desta opção. Foucault arguiu sua plateia acerca desta aparente contradição, por que alguém que sempre evitou participar da vida como político manteve-se de outra parte tão ativo politicamente? Porém, mantenhamos esta questão “na toca do esquilo” – usando suas palavras – e mais tarde voltaremos a ela.

Precisamos manter agora a atenção voltada para as seguintes considerações feitas por Foucault no que diz respeito às últimas palavras de Sócrates a seus amigos: “Meus adversários mentem, eu digo a verdade. Segundo diz Sócrates: meus adversários são hábeis em falar (*deinos legein*); já eu, diz ele, falo simplesmente, diretamente, sem habilidade e sem aparato.” (FOUCAULT, 2014, p. 64). O que caracteriza a fala de Sócrates é o falar franco, o falar a verdade, falar com autoridade. Sócrates não usa a retórica como técnica de convencimento, a intenção dele não é convencer o interlocutor, mas desencadear um movimento próprio e apropriado (contextualizado) de pensamento. Que o indivíduo mesmo se ocupe com seus pensamentos. Afirmamos que a fala de Sócrates é eivada de autoridade, porém, esta autoridade não é estatutária, não vem de função ocupada em instituição, tampouco resulta de delegação expedida pelo Estado. A fala franca e de autoridade de Sócrates resulta da coerência entre sua fala e sua vivência. Ele fala o que vive e vive o que e como fala. Neste sentido, quando Sócrates afirma que seus adversários mentem ao afirmar que ele é um hábil operador de discursos, vemos não apenas um movimento de negação de uma acusação, reconhecemos aí uma *afirmação de si mesmo*, a segurança e a autoridade de sua fala resultam de sua própria existência como indivíduo e como cidadão grego. Admitimos aqui um movimento de tensão entre discursos promotores de Esquecimento e um discurso de manutenção de si, resultante de alguém que cuida de si mesmo.

Porém, os inimigos do filósofo grego repetem muito suas acusações, e Foucault faz questão de colocar em evidência esta situação, retomando as palavras de Sócrates (FOUCAULT, 2014, p. 64):

Aliás, eles são tão hábeis em falar que gostariam de fazer crer que eu é que sou hábil em falar. [...] meus adversários é que mentem, meus adversários é que são hábeis em falar, mas são tão hábeis em falar que quase conseguem me fazer “esquecer o que sou”. Por causa deles (*hyp' auton*), quase perdi a memória de mim mesmo (*emautou epelathomen*).

Observem, leitoras e leitores, tampouco Sócrates escapou à *Pedagogia do Esquecimento!* Os acusadores de Sócrates, hábeis na construção retórica de argumentos, como era próprio à formação dos cidadãos gregos, exímios na arte de persuadir, convencer; tais indivíduos construíram uma rede de afirmações (discursos) sobre Sócrates, tão articulada, tão diuturna, que o próprio Sócrates admite que quase se esqueceu de quem ele era. A esta altura, quem

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

lê este artigo provavelmente está perguntando o que fez com que Sócrates não caísse nesta trama, não esquecesse quem ele era. Mais uma vez, convido vocês a depositarem esta questão “na toca do esquilo” para onde retornaremos futuramente.

Acerca deste tenso movimento de ataque e também de resistência vivenciado por Sócrates, Foucault comenta (FOUCAULT, 2014, p. 64):

Gostaria simplesmente que vocês retivessem que a habilidade dos adversários, dos outros, em falar pode ir até o esquecimento de si. [...] Se a habilidade em falar provoca o esquecimento de si, pois bem, a simplicidade [do] falar, a palavra sem aparato ou sem ornamento, a palavra diretamente verdadeira, a palavra de *parresia* portanto nos levará à verdade de nós mesmos.

Todavia, a questão com a qual precisamos nós nos ocupar neste momento é: como a parresia socrática pode nos auxiliar no reconhecimento e principalmente na preservação da verdade sobre nós mesmos, sobre cada uma(um) de nós? Para tanto, proponho acompanharmos a exposição feita por Foucault sobre o movimento de busca de si mesmo realizado por Sócrates e ensinado como exercício na convivência com seus amigos e demais interlocutores. Entretanto, como assevera Foucault “Sócrates não se propõe um método que poderíamos chamar de interpretativo. Ele não procura decifrar o sentido que há por baixo, não procura adivinhar o que o deus disse.” (FOUCAULT, 2014, p. 70-71). Foucault coloca em evidência que “Ele [Sócrates] diz: tendo me sido transmitida a resposta à pergunta de Querefonte e eu não a compreendendo, me indagando ‘o que o deus pode ter querido dizer?’, [...] empreendi uma busca.” (FOUCAULT, 2014, p. 70).

Tomando como base a semântica da palavra *zētēsis* (busca) que deriva do verbo *zetein*, que comporta igualmente o sentido de *verificar*, entendemos que esta busca implica em colocar sob questão, de arguir, de problematizar a fonte de onde emana o discurso, como explica (FOUCAULT, 2014, p. 71-72):

Não se trata de fazer uma exegese do que o deus teria querido dizer e que teria ocultado sob uma forma alegórica ou sob um discurso metade verídico, metade enganoso. A busca que Sócrates empreende é uma busca [que tem em vista] saber se o oráculo disse a verdade. Sócrates quer ter a prova do que disse o oráculo. Ele faz questão de submeter o oráculo a uma verificação. [...] Ele não vai interpretar o oráculo, mas discuti-lo, submetê-lo à discussão, [...] Sócrates vai empreender todo um giro, todo um percurso. [...] Busca e prova no jogo da verdade, é essa atitude de Sócrates em relação à profecia. É esse o primeiro momento da atitude socrática, da veridicção socrática e da missão que Sócrates recebeu de dizer a verdade.

O primeiro movimento da veridicção socrática, a busca, a verificação, a *zētēsis*, diz respeito à ação de questionar a fonte de discursividades e não o seu produto, os discursos. Para nós resta importante ampliar esta compreensão, reconhecendo que a identificação das fontes dos discursos que produzimos ou que somos implicados precisa ser realizada, e que elas devem ser amplamente colocadas à prova, problematizadas, seja esta fonte a Natureza,

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

Deus ou a Razão (a Ciência), seja o discurso da crença religiosa que praticamos, do partido político ao qual nos afiliamos, da orientação filosófica ou pedagógica que assumimos. Como docentes filósofas e filósofos, e todas e todos os demais cidadãos(aos) e trabalhadoras(es), precisamos manter a coerência de submeter todas as fontes de discursividades inclusive as nossas, ou melhor, mais ainda as nossas, ao crivo da problematização filosófica, do questionamento, da autocrítica, pois como diz o adágio popular “o pau que bate em Chico bate em Francisco”.

O segundo movimento da veridicção socrática se vincula a uma atividade introspectiva do indivíduo consigo mesmo, a *exétasis*, como explica Foucault:

[Em segundo lugar] essa maneira de verificar se o oráculo disse a verdade consiste em provar as almas, provar o que elas sabem e não sabem a propósito das coisas, do seu ofício, da sua atividade (quer se trate de um estadista, de um poeta ou de um artesão), mas também a propósito de si mesmas (o que elas sabem que sabem e que não sabem). E, enfim, trata-se nessa *exétasis*, não apenas de provar as almas no que elas sabem e não sabem a propósito das coisas e a propósito de si mesmas, mas também de confrontar essas almas com a alma de Sócrates.

Neste momento da nossa discussão, conseguimos reconhecer que a parresia socrática se desenvolve em princípio sob dois movimentos de *cuidado*, o *cuidado consigo*, mas também o *cuidado com os outros*, como explica Foucault:

Sócrates, [...], de cabo a rabo da sua existência, sempre se considerou uma espécie de soldado entre os cidadãos, tendo a cada instante de lutar, de se defender e de defendê-los. [...] Para incitá-los a cuidar, não da sua fortuna, não da sua reputação, não das suas honrarias e dos seus encargos, mas deles mesmos, isto é, da sua razão, da verdade e da sua alma (*phronesis*, *alétheia* e *psykhê*). Eles devem cuidar de si mesmos. Essa definição é capital.

A *epiméleia heautou*, o cuidado de si mesmo, constitutiva da prática de veridicção (exercício parresiástico) se movimenta em torno desta relação de cuidado consigo e com o outro. O mestre cuida do seu discípulo com o cuidado com que cuida de si, que não se trata de mera proteção, antes se trata de manter o discípulo em constante exercício de atenção consigo próprio e com a realidade em que vive. Ademais não se trata de um movimento circunscrito a um âmbito ou aspecto da existência individual ou coletiva em detrimento de outros. Dizendo de modo simples, não há como cuidar da alma (*psykhê*) sem que o movimento correspondente se deflagre e seja feito em relação à verdade (*alétheia*) e igualmente em relação à virtude (*phronesis*). Temos a confluência, o encontro na encruzilhada de três caminhos próprios e apropriados, a “*zétesis*, *exétasis* e *epiméleia*. *Zétesis* é o primeiro momento da veridicção socrática (a busca). *Exétasis* é o exame da alma, a confrontação da alma e a prova das almas. *Epiméleia* é o cuidado de si.” (FOUCAULT, 2014, p. 75). Reconhecemos nestes exercícios da parresia socrática, uma espécie de movimento de formação psicagógica, de formação do indivíduo de modo integral, como ser individual e coletivo, como ator e autor da história, na coerência entre discurso e ação. E a questão que encerra este momento de nossa discussão, que proporemos como

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

exercício de pensar para as(os) leitoras(es) diz o seguinte: Há potência intelectual, educacional e política na vivência da prática parresiástica frente à *Pedagogia do Esquecimento*? Pensemos!

Dirijamos agora nossa atenção à “toca do esquilo”, onde estão guardadas duas questões, as quais certamente a(o) leitora(or) mantém a lembrança... ou não mais? (Mais uma vez, exercício de fazer pensar). Não obstante a confiança que temos que esta lembrança permaneceu durante toda a discussão que realizamos, à guisa de subsidiar sua continuidade convém reafirmar as questões: a primeira diz *por que alguém que sempre evitou participar da vida como político manteve-se de outra parte tão ativo politicamente?* E a segunda inquirere *o que fez com que Sócrates não caísse nesta trama, não esquecesse quem ele era?* O subsídio para pensarmos estas questões permanece sendo o diálogo com o pensamento foucaultiano, notadamente, em sua obra “A Coragem da Verdade”.

Foucault nos esclarece a partir de sua leitura do texto de Platão *A Apologia de Sócrates* (FOUCAULT, 2014, p. 69-70):

Evidentemente não, insisto, não é por medo da morte e para escapar desta que Sócrates renunciou à atividade política. E no entanto pode-se dizer: sim, é por causa desses perigos que ele se absteve, não por medo da morte, mas porque se tivesse se metido em política teria morrido, e tendo morrido não teria podido – é o que ele diz no texto – ser útil a si mesmo e aos atenienses. [...] E não porque morrer é um mal a ser evitado, mas porque, morrendo, Sócrates não teria podido fazer algo positivo. Não teria podido estabelecer, para os outros e para si mesmo, uma relação preciosa, útil e benéfica.

A atitude de Sócrates de se manter politicamente engajado, ainda que não institucionalmente vinculado ao governo político, nos provoca a pensar na formação de movimentos nucleares de resistência política, cuja ação de resistir se manifesta nas relações micropolíticas, nos ambientes e nos grupos marginais que coexistem nas sociedades. Tomando como experiência efetiva a situação educacional e política que vivemos no Brasil atualmente, nos questionamos sobre a necessidade de construirmos movimentos de contracondutas, nucleares, micropolíticos, cujos discursos e ações vão além da discordância, da desobediência ou da insubordinação. Os movimentos de contraconduta precisam ser propositivos, devem construir rotas de fuga, que elaborem *discursos outros*, que promovam *posturas outras*, que fomentem *ações outras*, e assim sejam oposição criativa à hegemonia dos outros discursos, das outras posturas, das outras ações. Sócrates escolheu o caminho da revolução nuclear, da autotransformação dos indivíduos, da autossuperação de si, de modo que cada indivíduo seja capaz de construir sua existência como uma obra de arte, de modo criativo e singular: “Sócrates cuida dos homens, mas não na forma política: ele quer cuidar deles para que eles aprendam a cuidar de si mesmos”. (FOUCAULT, 2014, p. 96). Seu testamento: cuidai de vós mesmos⁶!

Resta ainda a questão acerca de como Sócrates não sucumbiu à repetição das acusações de seus inimigos, aquelas que quase o fizeram se esquecer de quem ele era, aquelas que reconhecemos como um elemento e como estratégia potentes na consecução

⁶ “E o que é que Sócrates diz sem cessar, que não é nada de novo e que é a última vontade que vai transmitir a seus filhos, seu círculo, seus amigos? ‘Cuidai de vós mesmos (hymôn autôn epimeloumenoi)’.” (FOUCAULT, 2014, p. 97).

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

da *Pedagogia do Esquecimento*. Sócrates não caiu na trama de se esquecer de si mesmo porque na medida em que ele se dedicou ao cuidado dos outros, ele manteve o cuidado consigo mesmo, e à medida que cuidou de si foi capaz de cuidar dos outros. Como falamos anteriormente, a veridicção socrática não vinha de uma posição estatutária, institucional, mas de sua coerência entre o que ele vivia e o que ele falava. E como bom estrategista, a nosso ver, Sócrates reconheceu que a estrutura política de Atenas era implacável quanto à elitização e à exclusão, e por isso ele questionava se os discursos elaborados pelo grupo que governava visavam a satisfação de interesses individuais ou grupais em vez do bem da comunidade grega. Diante do exposto podemos reconhecer que o *Cuidado de Si*, que considerar como prática constitutiva de uma *Didática Psicagógica*, funciona como movimento de resistência à *Pedagogia do Esquecimento*.

Esta prática diuturna de cuidar de si mesmo foi reconhecida por Sócrates como motivo para agradecer ao deus Asclépio pela manutenção de sua saúde e por isso, adverte a um dos seus amigos que não se esqueça de oferecer um galo ao deus da saúde no panteão grego. Trata-se de uma longa história narrada em detalhes por Foucault naquela aula, auxiliado pela interpretação do filólogo Georges Dumezil, narrativa esta que sintetizarei com alguns fragmentos da exposição feita pelo filósofo (FOUCAULT, 2014, p. 92):

Podemos supor portanto que essa doença, para cuja cura se deve um galo a Asclépio, é aquela de que Críton foi curado quando, na discussão com Sócrates, pôde se livrar e se libertar [da] opinião de todos e qualquer um, dessa opinião capaz de corromper as almas, para, ao contrário, escolher, se fixar em e se decidir por uma opinião verdadeira fundada na relação de si mesmo com a verdade.

A exposição feita por Foucault acrescenta outra situação que testou Sócrates em sua coerência e em sua resistência às falsas opiniões, cuja explicação vem a seguir (FOUCAULT, 2014, p. 95):

É por isso que esse sacrifício⁷, que de certo modo poderia ter sido feito no mesmo instante em que Críton foi curado da sua doença, deve ser feito não apenas em nome de Críton, mas também de Sócrates, e só pode ser feito no último momento de Sócrates, no momento de morrer. Só pode ser o derradeiro gesto de Sócrates e sua derradeira recomendação pois precisamente, afinal de contas, só a sua coragem, só a relação de Sócrates consigo mesmo e com a verdade o impediu de ouvir essa opinião falsa⁸ e se deixar seduzir por ela.

Além do elemento de destaque dado ao Cuidado de Si colocamos em evidência a seguinte questão: por que a dedicação do galo ao deus da saúde só é recomendada por Sócrates no momento derradeiro de sua existência. Entendemos que não se trata de falta de tempo hábil para esta oblação de gratidão. Vemos de outro modo, reconhecemos a oportunidade de pensarmos que a atividade de cuidar de si mesmo, de resistir às estratégias de Esquecimento, de construir a existência de modo criativo e singular não diz respeito a

⁷ Sacrifício de um galo ao deus Asclépio.

⁸ Conselho de Críton para que Sócrates fugisse à condenação de morte.

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

uma condição da natureza humana – que de partida já é uma noção que deve ser submetida ao questionamento filosófico. Condição esta uma vez alcançada garante a permanência do indivíduo nela. Indo em outra direção, compreendemos que a ocupação com o cuidado de si mesmo se realiza de modo ininterrupto e constante durante toda a vida dos indivíduos. Trata-se da vivência de um estado, de uma situação existencial (individual e coletiva), não se estabilizando jamais. Portanto, em todos os dias, devemos estar ocupados com o cuidado (*epiméleia*) de nós mesmos, em cada dia devemos realizar a busca (*zétesis*) e o teste de nós mesmos (*exétasis*), em tudo que experimentamos em nossa vida intelectual, educacional, política – e em todos os outros âmbitos de nossas vidas e existências – devemos nos questionar em que medida estamos sendo formados pela *Pedagogia do Esquecimento*. Parafraçando o testamento de Sócrates afirmamos *Cuidai de não se esquecer de vós mesmos!*

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Cumpramos nos asseverar nos momentos finais deste texto que construir rotas de fuga diante das estratégias e mecanismos de Esquecimento não significa nem implica em retornar a um estado primitivo, originário, no qual o indivíduo recupera e vive sua autonomia pessoal frente à sociedade em que vive para sempre, de modo estável. Como afirmamos, as rotas de fuga, as contracondutas frente à *Pedagogia do Esquecimento* se constroem pelos movimentos constantes e ininterruptos de busca, teste de si e cuidado de si mesmo.

Cumpramos nos, igualmente, asseverar que aqui defendemos a compreensão de que o Esquecimento deve ser tomado como Faculdade de construção do conhecimento e dos saberes, considerando-o como potência intencional de limitar, excluir e mesmo destruir as ideias, posturas e práticas diferentes e que não são queridas para a situação epistêmica, educacional e política de uma dada sociedade em uma dada época histórica. Como buscamos demonstrar, o Esquecimento é uma faculdade tão poderosa quanto o é a Memória.

Merece menção e destaque que se temos um conjunto de práticas que viabilizam a *Pedagogia do Esquecimento*, pudemos reconhecer junto com Foucault, que Sócrates nos oferece a experiência da vivência de uma espécie de *Didática Psicagógica*, da existência de práticas de si que colimam o exercício parresiástico, isto é, mobilizam o indivíduo para a ocupação consigo mesmo, problematizando as fontes de seus saberes e fazeres, questionando suas próprias convicções e ações, e tornando-se responsável pela constituição e criação de suas vidas, levando-o assim a reconhecer a sua conexão com as vidas dos outros indivíduos, para os quais os mesmos exercícios de cuidado são possíveis e necessários.

Por fim, provocamos a(o) leitora(or) a tomar posse, se apropriar também, dos argumentos aqui mencionados e submetê-los ao exercício de verificação (*zétesis*), mas igualmente que a discussão fomentada nas páginas deste artigo possa provocar o autoquestionamento (*exétasis*) de cada leitora(or), pois, o exercício filosófico que realizamos ao longo destas páginas tem sua gênese na vivência filosófica, profissional e cidadã do autor, reafirmamos que se trata de certa escrita de si. E uma das motivações principais para a consecução deste texto foi a construção de um canal de diálogo filosófico com todas(os) as(os) potenciais leitoras(es) deste artigo e, principalmente, com aquelas e aqueles docentes

A docência como questão filosófica: entre o esquecimento de si e a parresia

CARVALHO, Flávio

formados ou em formação, em vista de que elas e eles também possam submeter suas formações intelectuais e profissionais à verificação de fontes, ao autoteste e ao cuidado de si. Quiçá, tornem sua docência um exercício psicagógico, de formação integral (técnico e humanista) das(os) estudantes, os quais pretende-se que passem a olhar, tocar e se tocar, sentir, desejar, reivindicar, recusar, planejar, protestar, etc., sempre de modo mais apropriado as suas próprias vidas. A nosso ver, no momento político atípico, conflituoso e violento que vivemos atualmente no Brasil é mais útil formarmos pessoas para o exercício autoconsciente, autônomo, crítico e autocrítico do que investir esforços na formulação de discursos de oposição às ideias, falas e práticas oriundas da onda neoliberal, ultraconservadora, elitista e excludente que temos presenciado nos últimos anos e que aparece em todo o mundo, notadamente, no contexto atual do nosso país. A construção de *discursos outros* é sempre pertinente, e aqui quisemos defender a construção de uma *educação escolar outra*, primordialmente, oportunizada pelas filósofas e pelos filósofos docentes. Quem filosofa, porém, deve estar atento para reconhecer o tempo oportuno, o *kairós* para o filosofar e, a nosso ver, o tempo é este: Atenção! A *Pedagogia do Esquecimento* está entre nós.

REFERÊNCIAS

A PAPISA JOANA. Direção de Sönke Wortmann. Reino Unido, Alemanha: Constantin Films, 2009. 1 DVD (149 min.).

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMEC, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9759, de 11 de abril de 2019.** Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm Acesso em: 25 abr. 2019.

FOUCAULT, M. **A Coragem da Verdade:** O Governo de Si e dos Outros II. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins fontes, 2014.

NIETZSCHE, F. **Escritos sobre Educação.** Trad., apres. e notas de Noéli Correia de Melo Sobrinho. 6. Ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola, 2012.